

POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS PARA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Irene Kessia das Mercês do Nascimento ¹

RESUMO

Esse estudo, tem como foco, apresentar uma breve discussão sobre as políticas educacionais brasileiras, para valorização da identidade negra. Sabemos que a formação docente, está se solidificando diante das novas políticas educacionais implantadas, seja ela no ensino superior ou na educação básica. Com as novas mudanças e transformações, o(a) professor(a) do século XX, não é o mesmo do século XXI. Para esta discussão temos como fundamentação teórica, autores como: Gomes (2003), , Stuart Hall (2006) e dentre outros autores que são destaque no referencial teórico deste trabalho. A metodologia deste trabalho é caracterizada como uma pesquisa descritiva e qualitativa de cunho documental. Os documentos analisados, neste trabalho foram: diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico raciais e o plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Os resultados apontam que é preciso, que se ampliem as discussões na base nacional comum curricular, em relação a temática da educação das relações étnico raciais, como também que se amplie as orientações e formações, em relação a temática em tela.

Palavras-chave: Identidade negra, políticas educacionais brasileiras, lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

Esse estudo, tem como foco, apresentar uma breve discussão sobre as políticas educacionais brasileiras, para valorização da identidade negra. Compreendemos que a formação docente a cada tempo que se passa, vai se moldando diante das novas políticas educacionais implantadas, seja ela no ensino superior ou na educação básica. Com as novas mudanças e transformações, o(a) professor(a) do século XX não é o mesmo do século XXI.

A professora Maria João Mogarro, nos afirma que “As produções teóricas desenvolvidas recentemente no âmbito da história da educação privilegiam os modelos etnometodológicos e

¹ Estudante de Doutorado Profissional em Educação da UPE- Universidade de Pernambuco- Campus Mata Norte. irene_kessia@hotmail.com

os instrumentos da nova história cultural e intelectual” (Mogarro 2005,p 02). Como aponta a pesquisadora, é importante frisar que diante de uma nova história cultural e intelectual a realidade das produções teóricas estão privilegiando novos modelos e paradigma diante da formação atual do(a) docente, à frente das atuais políticas brasileiras. Conforme a professora, (Mogarro 2005, p. 03) “A história da educação tem aberto as suas fronteiras a novas realidades, revelando territórios que até agora permaneceram desconhecidos.” Compreender a história do passado nos faz compreender a realidade do presente, revelando o desconhecido que muitas vezes não conhecemos mas que abre espaço para novas fronteiras e realidades das nossas origens e histórias. Diante da problemática apresentada acima, elencamos a questão subsidiária da pesquisa e os objetivos gerais e específicos deste estudo. Questão subsidiária de pesquisa: Quais os avanços vêm acontecendo nas atuais políticas educacionais brasileiras para valorização da identidade negra? Objetivo Geral: Analisar as contribuições nas atuais políticas educacionais brasileiras para valorização da identidade negra. Objetivo Específico: Verificar as políticas públicas educacionais da educação básica, no período do século XX até o XXI para valorização da identidade negra. Analisar os avanços e retrocessos na formação continuada de professores da educação básica no século XX até o XXI a partir das políticas públicas para valorização da identidade negra. Através dos objetivos propostos propomos uma metodologia, descritiva, qualitativo de cunho documental.

Sabemos que os avanços das políticas públicas educacionais brasileira, para valorização da identidade negra, vem acontecendo a um certo tempo desde da constituição federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso XLII, que define o racismo como um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Como também em 1989, onde foi criada a Lei do Racismo (Lei nº 7.716/89), está lei define diversas condutas de crimes discriminatórios, tais como dificuldade de acesso a cargos públicos, empregos e outros serviços com base em raça, cor, etnia ou religião. Compreender a evolução das políticas públicas para valorização da identidade negra é de extrema importância, para valorização de sua identidade, como também os percursos legais no combate ao racismo.

METODOLOGIA

A Metodologia para o desenvolvimento desse estudo busca entender as atuais políticas educacionais brasileiras para valorização da identidade negra. Por tanto essa pesquisa se caracteriza por ser de método descritivo que de acordo com Gil (2017, p. 26), “tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno” , através dos objetivos propostos iremos descrever as características da população ou fenômeno. De natureza qualitativa, pois considera não apenas os resultados obtidos, mas todo o contexto a frente das atuais políticas educacionais brasileiras na educação básica. O locus da pesquisa desse estudo serão documentos relacionados às políticas públicas educacionais para valorização da identidade negra, desde do século XX até o XXI, que teremos como técnica de análise documental.

Conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p. 169). “Considera se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”. Os documentos utilizados para esse estudo serão políticas públicas que fortalecem a identidade negra desde do século XX ao XXI tais como: Diretrizes Curriculares Nacional para Educação das Relações Étnico Raciais e o Plano Nacional para Implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico Raciais, esses documentos seram analisados a luz do referencial teórico.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA EM SALA DE AULA

Diante da aprovação da Lei 10.639/03 se fortaleceu na educação básica a identidade da população negra incluindo professores e estudantes, isso por que se tornou no país obrigatório o ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula. Com aprovação dessa lei, as práticas pedagógicas dos professores precisou ser repensado no que diz respeito ao ensino da cultura e história do povo negro. Isso também acabou refletindo no processo formativo dos professores negros e brancos, com também no empoderamento e na afirmação da identidade negra dos educadores.

Com a aprovação da referida Lei, foi aprovado também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino de história e Cultura Africana e Afro-Brasileira em 2004, além das orientações do SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Nesse período, houve

um intenso momento de formação continuada, nas secretárias de educação, voltado para questão étnico racial, com isso o fortalecimento de professores negros da educação básica. Porém com o passar do tempo, a referida Lei acima citada foi alterada e foi aprovada 11.645/08 que foi incluída a questão da educação indígenas contemplando também esses povos.

Com isso a identidade do estudante negro (as) e indígena foi valorizada. Posteriormente, no governo Dilma com a Ministra Nilma Lino Gomes, do Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, através da SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e o Ministério da Educação foi apresentado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Nacional para Educação das Relações Étnico Racial e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, nesse plano apresenta diretrizes e orientações para redes Municipais, Federais e Estaduais. Com toda essa contextualização, histórica os professores negros vem ao longo dos anos ganhando espaço na sociedade, com tendo sua cultura , cor etnia valorizada, e sua ancestralidade fortalecida.

VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

É Importante frisar, que diante dos avanços das políticas públicas para pessoa negra é de extrema relevância valorizar sua identidade na sociedade , nas famílias e nos espaços educativos. Pois a identidade é algo que construímos ao longo de nossas vidas, com isso nos formamos e nos fortalecemos com o passar do tempo. Vejamos abaixo o que autora nos relata:

A educação pode desenvolver uma pedagogia corporal que destaque a riqueza da cultura negra inscrita no corpo, nas técnicas corporais, nos estilos de penteados e nas vestimentas, as quais também são transmitidas oralmente. São aprendizados da infância e da adolescência. O corpo negro pode ser tomado como símbolo de beleza, e não de inferioridade. Ele pode ser visto como o corpo guerreiro, belo, atuante presente na história do negro da diáspora, e não como o corpo do escravo, servil, doente e acorrentado como lamentavelmente nos é apresentado em muitos manuais didáticos do ensino fundamental. GOMES (2003. p 81).

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro, esta construção de empoderamento da pessoa negra, se dar numa pedagogia de valorização da identidade negra, seja ela através de penteados, de vestimentas, tornado o corpo negro e a

pessoa negra como símbolo de beleza e não de forma inferiorizada. Abaixo iremos analisar como as políticas públicas valorizam a pessoa negra.

DIRETRIZES CURRÍCULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.

Nas diretrizes é apresentado uma discussão teórica sobre: Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas, Educação das relações étnico-raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Determinações. Baal (1992) destaca que o contexto do texto é onde os textos políticos são realizados e articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Com isso vimos que a valorização da pessoa negra deu a princípios com a aprovação da Lei 10639/03 e as diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sendo essa uma conquista da sociedade.

Todo o texto das Diretrizes, está alinhado em cima de três categorias sendo elas: Consciência Política e Histórica da Diversidade, Fortalecimento de Identidades e de Direitos, Ações Educativas de Combate Ao Racismo e a Discriminações, abaixo analisaremos cada uma delas.

Na categoria Consciência Política e Histórica da Diversidade está sendo direcionada a princípios, que devem ser seguidos, para valorização da pessoa negra de professores negros, transversalizado, todo o documento das diretrizes. Os princípios nos dar essa visão sobre a consciência política e história da diversidade para seguir num caminho, para igualdade e direitos entre as pessoas.

A categoria Fortalecimento de Identidades e de Direitos destaca que nas diretrizes que tem como temática o fortalecimento da identidade da pessoa negra, essa temática está direcionada aos princípios de romper com as imagens negativas e estereotipada, que se forma para pessoa negra, no sentido de diminuí-la e silenciada, não levando em consideração, sua história de vida, sua identidade no processo de construção social de sua identidade.

A última categoria que são as Ações Educativas de Combate Ao Racismo e a Discriminações apresenta várias ações educativa, para educação das relações étnico raciais, no combate ao racismo e discriminação, numa visão holística, de todo o contexto educativo, seja nas formação dos professores, seja para com estudantes, gestão escolar e material didático.

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Com o objetivo de tornar efetivo o que diz respeito a Lei 10.639/03, foi criado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orienta as instituições, públicas de todo o território nacional, a valorizar a cultura africana e afro-brasileira, no que diz respeito a Lei 10.639/03. De acordo com a análise realizada desse documento, verificamos que o mesmo está organizado, de acordo com o papel de cada instituição de educação, seja ela do próprio MEC, onde se tem as próprias secretarias sendo elas: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criadas em 2003, durante o período do governo Lula.

Após as análises realizadas neste documento encontramos duas temáticas importantes sendo elas: Ações para a Formação Continuada de Professores da Educação para Educação das Relações Étnico Raciais e a outra são os Eixos Estratégicos Para Implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico Raciais. Os objetivos do Plano são pontuados pelo MEC (Ministério de Educação), que em sua grande maioria, visa a formação continuada de professores para formação da educação das relações etnico raciais, nos curso de licenciaturas, além da formação continuada nas redes de ensino de forma estratégica e pontual, nos projetos e currículo escolar, na fomentação de programas de formação continuada sobre temática da educação das relações étnico raciais no âmbito da educação a distância e presencial de forma extensionista, como também de especialização, para os professores da educação básica.

AÇÕES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

As ações de formação continuada, para os professores abordar sobre a temática da educação das relações étnico raciais, no documento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para educação das relações étnico raciais, ocorre de forma

colaborativa no âmbito federal, municipal e estadual. Os objetivos estão bem definidos e claros no plano que são:

Desenvolver ações estratégicas no âmbito da política de formação e professores(as), a fim de proporcionar o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do país. Brasil (2013)

Com esse objetivo podemos analisar que é de extrema importância, o pleno desenvolvimento de ações e estratégias no âmbito da política de formação de professores, para valorização e conhecimento, da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira, na diversidade e na construção histórica e cultural do Brasil. A importância de elencar esses objetivos fortalecer uma educação antirracista e o conhecimento sobre a temática afro, para os professores, pois muitos deles não tiveram uma formação adequada para educação das relações étnico raciais, antes da aprovação da Lei 10.639/03 durante o período formativo de suas graduações.

Por isso a importância de formações, como também especializações, cursos de extensão para os professores que estão na educação básica, para assim se combater o racismo em sala de aula, e tornar o ensino mais significativo e prazeroso sobre a temática da educação das relações étnico raciais, refletindo em práticas inovadoras em sala de aula.

O plano nacional para implementação das diretrizes curriculares para educação das relações étnico raciais, é um documento norteador, que direcionar ações para implementação das diretrizes curriculares para educação das relações étnico raciais, estabelecendo direcionamento para cada órgão do campo de educação, seja nas próprias secretarias de educação, no âmbito estadual e municipal, como também nas próprias escolas, além dos grupos de pesquisas, fóruns e faculdades.

EIXOS ESTRATÉGICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Plano Nacional de Educação para Implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico Raciais, é um documento de cinquenta em duas páginas, bem extenso que também é dividido por eixos estratégicos, conforme citado no próprio plano:



O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem como base estruturante os seis eixos estratégicos propostos no documento Contribuições para a Implementação da Lei nº 10.639/03, a saber: 1) Fortalecimento do marco legal; 2) Política de formação para gestores(as) e profissionais de educação; 3) Política de material didático e paradidático; 4) Gestão democrática e mecanismos de participação social; 5) Avaliação e monitoramento; 6) Condições institucionais. BRASIL (2009)

Com os eixos estratégicos, o plano nacional para implementação das Diretrizes Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que são apresentados no plano de forma direcionada, levando em consideração as orientações da LDB e a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 e o Resolução CNE/CP nº 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004. No decorrer do documento é apresentado várias ações para vários órgãos da educação, seja ela municipal, estadual e federal, como também a níveis de ensino e modalidade, direcionado também a grupo de pesquisas e fóruns para educação das relações étnico raciais, todos esses direcionamentos ligados aos eixos estratégicos do plano, tendo como foco uma melhor formação, para trabalhar com educação das relações étnico raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, podemos concluir, que as formações atuais, para os professores negros vem se moldando com o passar do tempo, diante da luta do movimento negro, desde do século XX, o grande marco nesse avanço aconteceu, com a aprovação da Lei 10.639/03 tornando evidente em forma de lei, a valorização da pessoa negra, e o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003. D.O.U.** 10 de Janeiro de 2003.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana.** Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

_____. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,** Brasília: SECAD; SEPPIR, junho, 2009.



BALL, S.J.; BOWE, R. **Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues.** *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2002, n.21, pp. 40-51.

Mogarro, M. J. (2012). Memórias de professores: discursos orais sobre a formação e a profissão. **Revista História Da Educação**, 9(17), 7–31. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29197> Acesso em 07 de Dez de 2024.